



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo

Populações Tradicionais e Turismo: diferentes olhares sobre o meio ambiente

Alessandra D'Aqui Velloso

Sérgio Salazar Salvati (orientador)

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito para obtenção do certificado de Especialista em Gestão e Marketing do Turismo

Brasília, DF, Maio de 2004

Velloso, Alessandra D.

Populações tradicionais e turismo: diferentes olhares sobre o meio ambiente / Alessandra D'Aqui Velloso.

36p.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2004.

Área de concentração: Turismo

Orientador: Sérgio Salazar Salvati.

1.Meio ambiente. 2.Populações tradicionais. 3.Turismo.
- Monografia



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Centro de Excelência em Turismo
Curso de Especialização em Gestão e Marketing do Turismo

**Populações Tradicionais e Turismo: diferentes olhares sobre o
meio ambiente**

Alessandra D'Aqui Velloso

Banca Examinadora

Brasília, DF, maio de 2004.

“... é lícito dizer que o homem se cultiva e cria a cultura no ato de estabelecer relações, no ato de responder aos desafios que a natureza coloca, como também no próprio ato de criticar, de incorporar a seu próprio ser e de traduzir por uma ação criadora a experiência humana feita pelos homens que o rodeiam ou que o precederam.” (FREIRE, 1975: 41)

Dedico este trabalho à minha família, em especial, aos meus pais
Rosane e Luiz Paulo por me ensinarem a alegria de viver.

Agradeço a todas as pessoas que contribuíram para desenvolvimento deste trabalho. Aos mestres do IPHAN, em especial Ana Gita, Ana Claudia e José Leme. Ao professor Sérgio e aos amigos e amigas que ao longo de diversas conversas me ajudaram a compreender a importância em considerar a diferença para a construção de uma vida melhor. E sempre ao meu querido Marcus Paulo.

RESUMO

A abordagem deste trabalho trata da relação entre comunidades tradicionais e turismo, buscando, por meio de uma revisão teórica, tratar do conflito entre diferentes olhares e perspectivas sobre o meio ambiente. Este conflito demonstra a importância em se desenvolver estudos, sob o ponto de vista das ciências sociais, das questões ambientais, nas quais verifica-se, entre outros aspectos, situações de disputa de poder e negociações, entre diversos atores sociais que agem no meio ambiente. Verificou-se, sobretudo a urgência em se desenvolver planos de implantação do turismo considerando a comunidade receptora como sujeito deste processo, garantindo um espaço de ação que vise à inclusão destas comunidades, sem que com isso estas percam sua identidade.

Palavras-chave: meio ambiente, populações tradicionais e turismo

ABSTRACT

The approach of this work deals with the relation between traditional communities and tourism, intending to – by means of a theoretical review – discuss about conflicting views and perspectives concerning environmental concepts. This conflict displays how important is to develop such a kind of study under the social sciences and the environmental issue point of view. Beyond other features, it was identified here situations of power debate and mediation among the different social actors who play roles in the environmental process. It was raised the urgency in developing touristic plans, taking into account the local community as the protagonist of this process, warranting an inclusive action without any loss of the local identity.

Key words: environment, traditional population and tourism

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1 – Metodologia.....	13
2 – Estado da Arte	14
2.1 – Parques nacionais: turismo e populações tradicionais.....	14
2.2 - Parques nacionais, território de comunidades tradicionais: conflitos e ambigüidades	16
2.3 – Análise da construção do conhecimento sobre a relação homem/natureza	18
2.4 – Apontamentos sobre as escolas do pensamento ecológico.....	19
3 – Cultura e populações tradicionais.....	23
3.1 – Conceito de populações tradicionais	27
3.2 – Populações tradicionais no contexto contemporâneo de transição entre modernidade e pós-modernidade	30
4 - Breve histórico acerca do desenvolvimento da atividade turística no mundo.....	33
4.1 – A atividade turística e o consumo dos lugares	35
4.2 – Turismo, um conceito em construção.....	37
5 – Planejamento: paradigma da sustentabilidade.....	41

6 – Considerações finais	43
7 – Referências bibliográficas	44

Introdução

O século XIX pode ser entendido como divisor de águas na história da relação homem-natureza, no qual verificou-se uma transformação substancial nas sociedades ocidentais. Entre outros aspectos, lança-se, a partir deste período, um novo olhar sobre a natureza, atribuindo-lhe um valor econômico.

Ainda no contexto atual, verifica-se a permanência do conflito entre o significado econômico do meio ambiente (hegemônico) e o olhar de populações tradicionais que habitam estas áreas de interesse. Este trabalho consiste em uma revisão teórica sobre a relação destas comunidades tradicionais com o turismo, partindo do conceito de cultura, desenvolvido pelas ciências sociais, para analisar esta situação de conflito.

1. Metodologia

Este trabalho foi baseado em coleta de dados secundários por meio de pesquisa em bibliotecas (Centro de Excelência em Turismo – UnB e Biblioteca Central – UnB), *Internet*, bem como algumas observações em visitas de campo.

Com base nas fontes pesquisadas observou-se diversos aspectos que envolvem a relação entre populações tradicionais e turismo, o que evidenciou a urgência em se estabelecer uma nova abordagem de planejamento, com o objetivo de considerar, nos processos de implantação da atividade turística, todos os sujeitos/atores que agem ou são atingidos direta ou indiretamente por esta atividade.

2. Estado da Arte

2.1 Parques nacionais: turismo e populações tradicionais

Desde o início do século XIX a consciência preservacionista se definiu a partir do contexto do modo de vida moderno de relação com a natureza. As mudanças ocorridas no espaço das cidades modernas acentuaram a dicotomia: relação homem/natureza. Desta forma, os habitantes das cidades “se dividiam entre a realidade urbana (industrial, insalubre) e uma idealizada vida no campo. Os parques naturais de então eram refúgios; simbolizavam um modo de vida desejável mas inalcançável.” (D’ANTONA, 2002: 82)

Sendo assim, os parques nacionais resultam de um modo de vida hegemônico, “ocidental”, assentado numa primazia do homem sobre a natureza. Nesta perspectiva, D’Antona (2002) observa que os parques, desde sua criação, são os lugares da não-produção, do lazer, da preservação. Conseqüentemente, devido à manutenção de suas características naturais, cada vez mais distantes do cotidiano humano, os parques são destinos turísticos por excelência.

A definição apresentada por Diegues (1996) sobre a implantação de parques nacionais e categorias similares consiste em:

“... áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais excepcionais, devendo possuir atração significativa para o público, oferecendo oportunidade de recreação e educação ambiental. A atração e uso são sempre para as populações externas à área e não se pensava nas populações indígenas, de pescadores, ribeirinhas e de coletores que nela moravam. (...) o objetivo é conservar uma área ‘natural’ contra os avanços da sociedade urbano-industrial, sem se atentar para o fato de grande parte dessas ‘áreas naturais’ estarem sendo habitadas por populações que nada têm de ‘modernas’ e ‘tecnológicas’. Ao contrário, em sua maioria são populações que vivem de atividades de subsistência, com fracas vinculações com o mercado e com pequena capacidade de alteração significativa dos ecossistemas”. (DIEGUES, 1996: 114)

Nesse contexto, observa-se que os espaços naturais, considerados relevantes para a preservação, eram “escolhidos” de forma descontextualizada, desconsiderando o fato de existirem populações residentes nestas “áreas de interesse ambiental”.

Seguindo esta perspectiva, é relevante a análise de Diegues (1996) sobre o livro *Os Parques Nacionais no Brasil*, de Pádua e Coimbra Filho, publicado em 1979. É importante destacar que a primeira autora citada era, na época, diretora do Departamento de Parques do IBDF. A análise de Diegues demonstra o entendimento das instituições de preservação ambiental, daquele período, sobre as comunidades tradicionais residentes em áreas de proteção ambiental:

“... descrevem os parques nacionais brasileiros do ponto de vista da riqueza natural e, sempre que se referem à população de moradores, a tratam de ‘posseira’ e ‘degradadora’, independente de suas características, de seu período de moradia anterior à criação da área protegida. ...”. (DIEGUES, 1996: 115-116)

Diegues conclui sua abordagem citando um trecho do livro:

“Após o término do plano de manejo e a resolução de problemas ainda pendentes, em especial no que concerne à demarcação definitiva entre o Parque Nacional e a Reserva Indígena, inclusive com a devida regularização fundiária, pretende-se retirar todos os posseiros do Parque Nacional e adequá-lo convenientemente para a recreação.”(PÁDUA e COIMBRA F.,1979:59 *apud* DIEGUES 1996: 116)

É expressivo o posicionamento dos autores sobre a presença de populações tradicionais em unidades de preservação. Sua presença é entendida como impedimento para a implantação do parque, tendo em vista, tornar a área de proteção adequada à visitação pública, ou melhor, ao desenvolvimento do turismo.

É importante destacar o período no qual esta concepção de implantação de unidades de conservação está inserida. A criação dessas áreas de proteção ambiental data, segundo Diegues (1996), do período entre 1970 e 1986, ou seja, em pleno regime da ditadura militar

no Brasil. Analogamente, essa época coincide com o rápido processo de endividamento externo brasileiro, relacionado, principalmente, aos financiamentos de organizações internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Essa relação do Brasil com o Banco Mundial e o BID, em termos de solicitação de financiamentos para projetos de desenvolvimento, dependia do cumprimento de determinadas regras por parte do solicitante, estabelecidas em nível internacional, para que se consolidem os empréstimos. Sendo assim, observa-se no Brasil, a partir deste período, a obrigatoriedade em abordar uma nova concepção sobre a implantação de áreas de proteção ambiental, levando em conta, inclusive, as populações residentes nestas áreas.

2.2 Parques nacionais, território de comunidades tradicionais: conflitos e ambigüidades

A criação de um parque, na maioria das vezes, afeta comunidades que tradicionalmente habitam ou exercem atividades de subsistência nos lugares que passam a ser preservados. Considerando a análise anterior, a implantação dos parques ocorre de forma a desconsiderar as comunidades e o seu entendimento específico sobre o espaço que ocupam.

Em decorrência desta forma de implantação de áreas de proteção ambiental, é comum verificar a ocorrência de sobreposição da demarcação destas áreas com as áreas ocupadas por populações tradicionais. Trata-se da desconsideração, por parte de órgãos ambientais, da relação específica dessas comunidades com seu espaço social, criando restrições legais ao acesso dessas comunidades aos recursos naturais.

Diante do exposto, é possível perceber a existência de distintas visões sobre o conceito de espaço. Por um lado, o entendimento do Estado representando, na maioria das vezes, os interesses das populações urbano-industriais, fundamentado na ciência, sobre a

área a ser preservada. Por outro lado, o entendimento das populações tradicionais sobre o espaço, lugar onde se processam suas práticas sociais.

Sobre a apropriação dos espaços pelas comunidades tradicionais, Diegues (1996), observa:

“... Essas formas de apropriação comum de espaços e recursos naturais renováveis se caracterizam pela utilização comunal (comum, comunitária) de determinados espaços e recursos por meio do extrativismo vegetal (cipós, fibras, ervas medicinais da floresta), do extrativismo animal (caça e pesca), e da pequena agricultura itinerante. Além dos espaços usados em comum, podem existir os que são apropriados pela família ou pelo indivíduo, como o espaço doméstico (casa, horta, etc.) que, geralmente, existem em comunidades com forte dependência do uso de recursos naturais renováveis que garantem sua subsistência, demograficamente pouco densas e com vinculações mais ou menos limitadas com o mercado. Esses arranjos são permeados por uma extensa teia de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal. Existem também normas de exclusão de acesso aos recursos naturais pelos ‘não-comunitários’. Estes, por sua vez, podem ganhar acesso a espaços e recursos de uso comum, desde que, de alguma forma, passem a fazer parte da comunidade (mediante casamento, compadrio etc.)”. (DIEGUES, 1996:66)

Sobre o aspecto relativo ao conceito de espaço, visto sob diferentes perspectivas, vale ressaltar, que o conflito de visões ocorre também entre as populações tradicionais e os visitantes das áreas de proteção. Conforme análise de D’ANTONA (2002):

A percepção do turista concentra-se no sentido da visão e se expressa numa coleção de fotografias tomados a partir do contato com o novo (exótico, excepcional). O turista coleciona imagens, aprecia paisagens e vai embora. As atitudes dos “nativos” são mais complexas pois decorrem das experiências acumuladas em seu meio ambiente e, por esse motivo, se revelam indiretamente nas tradições e narrativas locais. O morador mantém laços afetivos com o meio ambiente: lugar do lar, lugar de reminiscência e lugar onde se ganha a vida. Da intimidade física, fonte de esperança para essas pessoas é que tais lugares se constituem. É por isso que existem e, de fato, preexistem ao decreto de criação do parque. (D’ANTONA *apud* FUNARI, 2002: 92-93)

Portanto, como em qualquer relação social, o conflito entre populações tradicionais e órgãos ambientais, bem como o conflito entre populações tradicionais e turistas, é uma questão que permanece aberta, devendo haver mais estudos sobre o direito ao uso “público” dos parques e o direito ao uso restrito destas áreas pelas comunidades tradicionais, considerando, sobretudo o fato de que estas comunidades possuem direitos (de propriedade) originários sobre estas áreas.

2.3 Análise da construção do conhecimento sobre a relação homem/natureza

A relação do ser humano com a natureza é a essência do processo de construção do conhecimento sobre a preservação cultural e ambiental no mundo ocidental. Entretanto, para esta análise a opção metodológica foi definir o recorte histórico sobre a relação homem/natureza a partir do século XIX.

Esta opção deve-se ao fato de que nesse período a dicotomia homem/natureza agravou-se com o surgimento da ciência moderna que provocou uma indiscutível expansão dos horizontes do conhecimento. No sistema moderno, a razão, o método analítico e a separação sujeito-objeto tornaram-se a base das conquistas científicas e de expansão do capitalismo no mundo. A natureza do pensamento positivista é permeada pela noção de evolução e racionalização das práticas sociais e políticas. O universo científico, racionalista, torna-se definitivamente um aparato do Estado para expansão territorial.

A ampliação do capitalismo por novos territórios simbolizada, no final do século XVIII, pelo fim do regime feudal na França, foi um dos processos de maior relevância na Europa nessa época. As bases intelectuais dessa mudança estavam enraizadas no iluminismo, movimento cultural na fase entre a revolução inglesa (1688) e a revolução francesa (1789).

No pensamento positivista e neopositivista, a natureza é vista como um objeto, um recurso, passível de análise e de exploração pelos diferentes agentes da sociedade. Por

outro lado, o pensamento idealista mantém a visão da natureza, em sua relação com a sociedade, como um todo orgânico. Segundo CIDADE (2001: 115) o marxismo mantém, neste período, uma perspectiva crítica quanto a separação teórica e metodológica da natureza com relação a processos sociais.

A ênfase no empirismo¹, principalmente na Inglaterra, influenciou visões da natureza como externa à dinâmica social e, portanto, passível de uma exploração cujos limites estariam projetados para um futuro remoto.

A diversidade de enfoques sugere as dificuldades em estabelecer uma causalidade única para explicar a separação entre sociedade e natureza no pensamento moderno. O que se verificou no século XX, como consequência do pensamento moderno e de suas instituições (sobretudo o Estado), foi um universo social de contradições apresentadas, fundamentalmente, pelo sistema capitalista que produz, e permanece produzindo diferença, exclusão e marginalização.

Em síntese, torna-se cada vez mais claro que o capitalismo, juntamente com os sistemas de conhecimento associados à sua emergência, tornou mais aguda a separação entre o homem e a natureza, por outro lado é evidente, no atual contexto, que essa separação aguda tende a um novo processo de significação.

2.4 Apontamentos sobre as escolas do pensamento ecológico

As contradições e a pobreza são marcas características do capitalismo contemporâneo. Conflitos étnicos e religiosos têm evidenciado sérias dificuldades para o convívio com diferenças na sociedade atual. A diferença entre o modelo de acumulação, baseado no

¹ Corrente filosófica para a qual a experiência é critério ou norma da verdade, considerando-se a palavra “experiência”, característica principal do pensamento moderno. Esta corrente filosófica apresenta também oposição a qualquer forma de racionalismo dogmático. (ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia, 2000)

lucro, e modelos de valorização da natureza, apoiados em noções de sustentabilidade, tem sido responsável pela emergência de movimentos sociais de cunho ecologista ou ambientalista.

As escolas do pensamento ecológico surgiram em contraposto ao pensamento moderno e de suas instituições de criação de áreas naturais de proteção, criadas com o objetivo de salvaguardar partes do *mundo natural* intactas², diante de um processo de dominação, transformação e domesticação da natureza, para que as gerações futuras pudessem admirá-las e reverenciá-las. Neste contexto, essas áreas de proteção deveriam ser livres da intervenção humana, causando exclusão social e cultural das comunidades que habitavam estes territórios.

Como observa DIEGUES (1996: 39), as escolas do pensamento ecológico surgem nas décadas de 1960, marcando o aparecimento de um novo ecologismo, aliado ao contexto político desse período. Essa nova linha de pensamento ecológico uniu-se aos questionamentos relacionados aos regimes políticos autoritários que dominavam grande parte dos países ocidentais, em busca de uma sociedade democrática. Neste contexto, emergiram também, lutas em favor dos direitos das minorias.

Segundo SIMONNET (1979: 94-5) *apud Idem* (1996: 39):

“A sociedade de consumo foi atacada pela miséria da vida cotidiana: urbanismo concentrador, reinado do quantitativo em detrimento do qualitativo, alienação crescente do indivíduo pelos valores econômicos, comunicação mediatizada, solidão na multidão, individualismo pequeno burguês. Já em 68, essa juventude advertia: consuma mais, vocês viverão menos, antecipando as críticas econômicas do ecologismo.”

Entretanto, as contrapropostas ecologistas desse período foram feitas em uma direção que pode ser considerada como um retorno aos modos de vida pré-capitalistas, dentro de

² Sobre essa questão vale destacar que a história do homem na Terra é essencialmente de sua relação com a natureza, portanto intervenção. Entretanto, intervenção não significa degradação, pelo contrário, trata-se de um longo processo de configuração dos espaços e das paisagens como conhecemos hoje.

um contexto urbano-industrial, caracterizando, “uma utopia simplista: o retorno aos modelos de convívio das sociedades primitivas”, como salienta DIEGUES (1996: 40).

Os movimentos ecológicos ampliaram-se por todas as partes do mundo apresentando questionamentos, tais como os contidos na energia nuclear, reivindicando aspectos como autonomia local e crescimento econômico, o que levou a uma participação política desses movimentos. Com relação a este aspecto pode-se ressaltar, de acordo com DIEGUES(1996:41), a criação do Ministério do Meio Ambiente na França e a formação dos partidos verdes em toda Europa.

A partir dos anos 80 surge um outro tipo de ambientalismo caracterizado pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza. No Brasil, o movimento ecológico deste período tem estreita ligação com movimentos de minorias, como observa DIEGUES (1996):

“A grande destruição da floresta amazônica, seja pela destruição de seringais, seja pela destruição de barragens, deu origem ao que foi denominado anteriormente de *ecologismo social*, que luta por manter acesso aos recursos naturais de seus territórios, valoriza o extrativismo, os sistemas de produção baseados em tecnologias alternativas. Ele é representado pelo Conselho Nacional de Seringueiros, pelo Movimento dos Atingidos pelas Barragens, pelo Movimento dos Pescadores Artesanais, pelos Movimentos Indígenas etc”. *Idem* (1996: 130)

O processo de participação política dos movimentos ambientalistas pode ser entendido, por um lado como um avanço, na medida em que estabelece um espaço institucional para o tema ambiental. Por outro lado, ocorre uma apropriação do Estado da temática ambiental que, entre outros aspectos, pode ser entendida também como uma tentativa de obscurecer os questionamentos apresentados por estes movimentos.

Além da questão apresentada sobre o processo de inserção da questão ambiental como aspecto a ser considerado por diversos setores que compõem a sociedade (instituições públicas e privadas de diferentes setores), é importante considerar também que o turismo

pode apresentar às populações tradicionais que, em sua grande maioria, encontram-se em estágio diferenciado de desenvolvimento e inserção no sistema capitalista, uma alternativa viável para garantir um processo diferente de relações entre os interesses hegemônicos da sociedade urbano-industrial e os interesses de comunidades tradicionais.

Para analisar este conflito, buscou-se o entendimento desenvolvido pela antropologia sobre cultura, com o objetivo de apresentar a importância em considerar os diferentes contextos nos quais as populações tradicionais estão inseridas.

3. Cultura e populações tradicionais

A abordagem do presente trabalho toma como referência teórica o conceito de cultura a partir dos estudos da Antropologia Cultural. Antes, porém, é adequado apresentar o surgimento da concepção moderna de cultura e sua relação com duas outras: civilização e história.

“Decorrente do verbo latino *colere*, Cultura era o cultivo e o cuidado com as plantas, os animais e tudo que se relacionava com a terra; donde agricultura. Por extensão, era usada para referir-se ao cuidado com as crianças e sua educação, para o desenvolvimento de suas qualidades e faculdades naturais; donde, puericultura. O vocábulo estendia-se, ainda, ao cuidado com os deuses, os ancestrais e seus monumentos, ligando-se à memória e, por ser cuidado com a educação, referia-se ao cultivo do espírito. Em latim, *cultura animi* era o espírito cultivado para a verdade e a beleza, inseparáveis da Natureza e do Sagrado.” (CHAUI, 1986: 11)

Conforme análise de Marilena Chauí, pode-se perceber que a cultura está relacionada diretamente ao meio ao qual o ser humano está inserido, ou seja, o *locus* onde desenvolve suas práticas cotidianas: a relação com a natureza (produção material e imaterial) e suas representações sobre ela; as relações com seu grupo social e com outros grupos sociais e ainda os elementos que caracterizam sua religiosidade. Dentro desse contexto, cultura é tudo o que o homem produz em sociedade no esforço coletivo de adaptação ao meio e de realização de suas próprias necessidades, portanto, deve ser considerada para qualquer abordagem de estudo que se realize sobre a sociedade.

Para Clifford Geertz, cultura é essencialmente um sistema de significações:

“o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo tecer, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não com uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à

procura de significados, é justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície.” (GEERTZ, 1978: 15)

O conceito de cultura apresenta-se, portanto ligado à noção de representação e interpretação do meio ao qual o ser humano encontra-se inserido, entendendo este meio como o lugar das práticas culturais. Neste contexto, a cultura está sempre em processo de assimilação e construção de novos saberes e, ao mesmo tempo, estabelecendo “novas teias”, ou seja, novas redes de relações sociais.

Analogamente, considerando o contexto moderno de homogeneização de padrões culturais. Uma pergunta se apresenta: como se processa este movimento de assimilação e construção de novos olhares para as práticas sociais, sobretudo, por grupos específicos como as populações tradicionais?

Retomando a noção apresentada por GEERTZ (1975) na qual a cultura é vista como sistemas entrelaçados de signos. Para o desenvolvimento dos estudos em sociedades, deve-se, no entanto, ponderar que, ao realizar um mergulho dentro deste universo, os referenciais variam de acordo com o padrão de vida através do qual ele é informado, ou seja, cada grupo social possui seus próprios significados (sejam eles comunidades tradicionais ou sociedades urbano-industriais) e representações sobre o mundo, sobre a natureza, dependendo também de um outro aspecto, o contexto histórico em que estão inseridos.

Buscando ainda uma afirmação de GEERTZ (1975),

“... no estudo da cultura a análise penetra no próprio corpo do objeto – isto é, *começamos com as nossas próprias interpretações do que pretendem nossos informantes, ou o que achamos que eles pretendem, e depois passamos a sistematizá-las* -, a linha entre cultura (marroquina) como um fato natural e cultura (marroquina) como entidade teórica tende a ser obscurecida. ...(*Idem*, 1978: 25)

Portanto, quaisquer que sejam as abordagens científicas sobre a realidade, sua produção é, por excelência, constituída por interpretações da “realidade”. Como considera Clifford Geertz, somente o sujeito pode falar de si mesmo sem que haja uma interpretação, sendo esta “fala” expressão de sua cultura, e ainda complementa sobre a produção científica:

“... Trata-se, portanto, de ficções; ficções no sentido de que são ‘algo construído’, ‘algo modelado’ – o sentido original de *fictio* – não que sejam falsas, não-factuais ou apenas experimentos de pensamento. ...” (*Ibidem*, 1978: 25)

Logo, este estudo, embora não seja um estudo antropológico, parte de uma perspectiva antropológica. Trata-se, por essência, de considerações e interpretações sobre uma “realidade” que se apresenta. Este trabalho é, por essência, um relato de percepções de um olhar em movimento, uma pequena abordagem a partir de um exercício cotidiano e permanente de situar-se em um mundo cada vez mais complexo que por um lado, abre espaço para todos e quaisquer tipos de manifestações e, ao mesmo tempo, as oprime, na maioria das vezes, por meio do poder do capital (em todas as suas formas: econômico, cultural, de conhecimento ...). É nesse contexto contemporâneo de inclusão e exclusão que, por exemplo, acontecem o Fórum Social Mundial, nos mesmos dias do encontro dos oito países mais ricos do mundo (G8).

Uma das idéias que estão contidas nessa análise sobre o processo de assimilação e produção cultural das sociedades, encontra-se no conceito de contra-hegemonia tratado por Marilena Chauí:

“Uma das idéias instigantes contidas no conceito de contra-hegemonia é a de que a oposição, a resistência, a defesa contra a hegemonia, de um lado, e a cumplicidade, a interiorização e a subordinação à hegemonia, de outro lado, tornam impossível manter tanto a perspectiva Romântica quanto a Ilustrada. De fato, a perspectiva Romântica supõe a autonomia da Cultura Popular, a idéia de que, para além da cultura ilustrada dominante, existiria uma outra cultura, ‘autêntica’, sem contaminação e sem contato com a cultura oficial e suscetível de ser resgatada por um Estado novo e por uma Nação nova. A perspectiva Ilustrada, por seu turno vê a Cultura Popular

como resíduo morto, como museu e arquivo, como o 'tradicional' que será desfeito pela 'modernidade', sem interferir no próprio processo de 'modernização'. Românticos e Ilustrados pensam a Cultura Popular como totalidade orgânica, fechada sobre si mesma, e perdem o essencial: as diferenças culturais postas pelo movimento histórico-social de uma sociedade de classes". (CHAUI, 1986: 23-24)

É no contexto sugerido por Marilena Chauí, que se estrutura esta análise sobre as populações tradicionais, na qual se apresenta uma nova pergunta: ao se incorporar no processo de modernização, as comunidades tradicionais perdem seus referenciais culturais ou a transformam incorporando-se, de fato, no processo de expansão do capitalismo, em busca de inclusão?

Ainda seguindo as reflexões de Marilena Chauí, em que medida a cultura dominante é aceita, interiorizada e transformada e, em que medida as formas pelas quais essa cultura homogeneizadora é recusada, negada e afastada? Deve-se considerar novamente, o contexto histórico no qual estas sociedades encontram-se inseridas, ou seja, na modernidade que é essencialmente marcada pelo senso comum de "igualdade", quando na prática possui sentidos e finalidades diferentes pra cada classe social.

Retomando a questão apresentada por Geertz, sobre a produção do conhecimento acerca de determinado grupo cultural, na qual o autor demonstra que tudo que se produz são interpretações/olhares que diferentes pesquisadores produzem sobre a realidade. A seguir será desenvolvida uma análise acerca da bibliografia pesquisada sobre o conceito de populações tradicionais e ainda uma breve abordagem sobre o "lugar" destas populações em um contexto, denominado por muitos autores como pós-moderno, tendo como objetivo apresentar subsídios para a discussão central deste trabalho sobre a relação entre estas comunidades e a atividade turística.

3.1 Conceito de populações tradicionais

Existe intenso debate quanto à definição dos termos *populações nativas*, *tribais*, *indígenas* e *tradicionais*. Trata-se de maneiras distintas de abordagens destas sociedades, segundo várias tendências, escolas, etc. A confusão não é somente de conceitos, mas também de expressões nas mais variadas línguas, como por exemplo, o termo “*indigenous*”, em inglês, usado em muitos documentos, mas que não quer dizer, necessariamente, “indígenas”, no sentido étnico e tribal.

Segundo DIEGUES (1996: 81) o conceito de populações tradicionais (*indigenous*), definido pelo Banco Mundial (*Bank's Tribal Peoples Policy Statement*, 1982) foi baseado principalmente nas condições de vida dos povos indígenas amazônicos da América Latina, entretanto esta definição não se adaptava a outras regiões do mundo. Sendo assim, uma nova definição surgiu com a Diretiva Operacional 4.20 de 1991, que buscou ampliar o conceito, estendendo-o a todos os povos que vivem em áreas geográficas singulares que demonstram, em diferentes níveis, as seguintes características:

- a) ligação intensa com os territórios ancestrais;
- b) auto-identificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos;
- c) linguagem própria, muitas vezes não a nacional;
- d) presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais;
- e) sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência.”

(DIEGUES, 1996: 81)

Apesar do debate referido quanto às diferentes nomenclaturas e definições - *populações*, *comunidades* ou *grupos tradicionais*, estes termos devem ser considerados, para este trabalho, possuindo a mesma significação.

Ainda quanto aos termos (populações, comunidades ou grupos tradicionais), é necessário destacar que essas comunidades não se reconhecem como tal. Segundo ALVES e OLIVEIRA (2001:1) trata-se de termo atribuído por ambientalistas e diversos

profissionais que tratam desta questão com o objetivo de tentar abranger a diversidade cultural desses grupos específicos.

Ainda segundo ALVES e OLIVEIRA (2001):

O termo “populações tradicionais” foi inicialmente adotado para designar seringueiros e depois caiçaras, ribeirinhos, remanescentes de quilombos e outros grupos sociais. Foi um termo atribuído àquelas populações não indígenas que, apesar de não deterem direitos originários sobre seu território, constituem universos culturais específicos, que merecem tratamento cuidadoso para sua abordagem e compreensão. (ALVES e OLIVEIRA: 2001, p. 1)

Além das características acima especificadas deve-se considerar também as populações tradicionais como grupos humanos que vivem em estreita relação com a natureza, dependendo dos seus recursos para produzir e reproduzir sua existência, por meio de atividades orientadas pela tradição e com baixo impacto ambiental.

Desse modo, a cultura dessas comunidades tradicionais, é regida por padrões de conduta baseados nas relações de parentesco, de compadrio e de vizinhança ou ainda por meio de formas diferenciadas de apropriação do meio ambiente, do conhecimento a ele associado e das tecnologias patrimoniais desenvolvidas para seu manejo.

Vale destacar também que os elementos organizadores da identidade das populações tradicionais, é composto pelo conjunto de atividades específicas desenvolvidas na vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do divertimento e os significados atribuídos a esse modo de vida singular. Estas comunidades possuem, portanto, uma forma específica de interpretar o mundo, seus símbolos e significados.

Além das características apresentadas pelo Banco Mundial, DIEGUES (1996: 87-88) destaca, de maneira mais aprofundada, a relação das populações tradicionais com o meio ambiente:

- “a) dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*;
- b) conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração por via oral;
- c) noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) reduzida acumulação de capital;
- g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício de atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- l) auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.” (DIEGUES, 1996: 87-88)

Apesar de sua especificidade, considerando o contexto contemporâneo, as comunidades tradicionais devem ser consideradas como sujeitos políticos, conscientes de sua identidade, capazes de se organizar para defender seus interesses e de se relacionar com outros grupos semelhantes, com instituições do governo, com organizações não governamentais e com o mercado.

Portanto, não se trata aqui de valorizar ou buscar um retorno à sociedade tradicional, e sim apresentar e analisar a relação desses grupos específicos com a sociedade urbano-industrial.

3.2 Populações Tradicionais no contexto contemporâneo de transição entre modernidade e pós-modernidade

Como qualquer outro grupo social, as populações tradicionais também estão sujeitas às transformações culturais resultantes da história de contato com outros grupos, com instituições do Estado e com o mercado, sem que isso signifique a perda de sua “condição tradicional”.

Tendo como base para analisar as relações entre desenvolvimento e tradição em comunidades tradicionais, superando jargões como “simbiose de classes”, “solução de consenso” e “participação comunitária”³. O pressuposto deste trabalho, como já demonstrado, leva em conta a cultura como variável fundamental para o desenvolvimento de projetos em quaisquer comunidades em que se pretenda pesquisar ou atuar, neste caso específico, projetos de implantação do turismo.

Considerando assim, o rápido processo de dinamização dos valores culturais, por um lado, o conhecimento e a preservação, por outro lado, a cultura representa, neste contexto, um dado imperativo na busca de soluções para problemas políticos, econômicos e sociais, com os quais as populações tradicionais se deparam em suas relações sociais, sobretudo, com a sociedade urbano-industrial sendo, portanto, valioso recurso de análise. Aliado à cultura a “experiência do espaço e do tempo”, desenvolvida por David Harvey, amplia o universo de abordagens desta questão.

Para HARVEY (1992) a modernidade trata da experiência do progresso através da modernização, na qual o advento tecnológico se sobrepõe ao passado, nas palavras deste

³ Vale destacar o Projeto Interação desenvolvido pela extinta Fundação Nacional Pró-Memória durante a década de 80 que buscava uma estreita ligação com as comunidades tradicionais, propondo um novo olhar sobre a relação entre Estado e sociedade nas escolas. O projeto interação pretendeu e desenvolveu um projeto de educação básica para o Brasil em comunidades, procurando nelas mesmas os objetivos que melhor atendiam às suas necessidades. Trazendo para dentro da escola o que está à sua volta - a vida à sua volta – integrando-a na sua própria dinâmica.

autor, “o processo de *vir-a-ser*, em vez de *ser*, no espaço e no lugar”. (HARVEY, 1992: 190)

Essa abordagem demonstra o caráter de conflito que este processo, por essência, provoca nas sociedades (tradicionais e urbano-industriais) cada qual com seu sistema de valores sobre a realidade. A questão se coloca devido ao fato de que os processos político-econômicos forçam as relações sociais a serem definidas por configurações de desenvolvimento desigual, levando a movimentos espaciais como o de territorialização e desterritorialização de todas essas sociedades, sujeitas ao processo de expansão e superacumulação do capitalismo.

No contexto de transição entre modernidade e pós-modernidade a cidadania reclama seu direito de participação, frente à política neoliberal. É um clamor pelo direito de participar nos processos de produção e abastecimento de serviços básicos, assim como na tomada de decisões que afetam as condições de qualidade de vida.

Diante da razão econômica, a consciência dos cidadãos se revela dentro das desigualdades do mundo, na busca de novos sentidos civilizatórios, de novos valores para preencher vazios de subjetividade e de ação social; de pensar alternativas; de construir uma cultura política da diferença e de conceber a diversidade como um potencial.

A cidadania surge como uma reação contra a ordem estabelecida, como desenvolvido por Marilena Chauí, já citada neste trabalho, uma ação contra-hegemônica (o Estado e suas instituições associadas), porém, sem uma clara condução estratégica de suas ações.

Essa busca pelo direito a participação, avança num processo turbulento sem capacidade para definir o passado, o presente e o futuro, próprio de um processo em construção e desconstrução, abrindo caminhos para alcançar um desejo de vida mais equilibrado, dentro de um contexto insano de transição entre modernidade e pós-modernidade. As armas ontem utilizadas para dominação, hoje apresentam-se como possíveis instrumentos de luta em defesa das minorias, em um movimento solidário mundial.

É nesse contexto que se observa na atual conjuntura em que estamos inseridos, um momento em que se configuram novos atores sociais com novas estratégias de poder da cidadania e de constituição do papel do Estado na sociedade (como intermediador dos interesses da população em face de um processo globalizante homogeneizador).

Portanto, as minorias, neste processo, têm se configurado pela busca de uma ação ética em detrimento das vigentes políticas neoliberais que, entre outros aspectos, tem levado à capitalização da natureza e da cultura. Contemporaneamente, os princípios da racionalidade ambiental estão gerando novos projetos sociais, fundados na reapropriação da natureza, na resignificação das identidades individuais e coletivas e na renovação dos valores propostos pelo Humanismo.

Com a abordagem apresentada ao longo deste capítulo buscou-se alcançar a problemática deste trabalho, a qual tenta analisar a relação de conflito entre diferentes olhares sobre o meio ambiente. De um lado vê-se segmentos sociais provenientes de grande centros urbanos (representados, na maioria das vezes, por grandes e pequenos empresários e/ou pessoas que procuram um novo modo de vida), por outro lado pode-se estabelecer, de maneira simplificada, o grupo da comunidade local (representado pela prefeitura, por cooperativas ou ainda pelos mais variados tipos de associações).

Mas, antes de uma análise final sobre a relação entre os diversos atores que agem em uma área de interesse ambiental e turístico é relevante tratar do conceito de turismo, sob o enfoque de alguns autores das ciências sociais, bem como os impactos positivos e negativos que esta atividade pode provocar em comunidades tradicionais.

4. Breve histórico acerca do desenvolvimento da atividade turística no mundo

“Os homens viajam muito para diferentes espécies de lugar à procura de diferentes distrações por serem volúveis, cansados de uma vida mansa, e por estarem sempre à procura de algo que os iluda” (SÊNECA *apud* URRY, 2001: 18). Conforme Sêneca apresenta, a atividade do turismo parte da procura do ser humano em descobrir, sentir e viver novos lugares, rompendo com sua vida cotidiana. Diante do exposto, para compreender a atividade turística, é necessário entender os desejos do homem em busca daquilo que foge ao habitual. Considerando o “habitual” como o substrato que constrói o olhar do ser humano diante do novo, pode-se entender que num espaço não habitual, o homem percebe sua diferença no processo de contato com uma outra cultura.

Segundo FEIFER (1985:29) *apud* URRY (2001:19), nos séculos XII e XIV as peregrinações na Europa tornaram-se um grande fenômeno, associado às devoções religiosas. Estas viagens já contavam neste período com redes de hospedaria, mantidas por religiosos, e já existiam manuais de indulgência, produzidos em massa. A autora destaca também que no século XV já havia excursões organizadas, que iam de Veneza à Terra Santa e no final do século XVII o *Grand Tour* já estava firmemente estruturado.

O *Grand Tour* era restrito e atendia aos filhos da aristocracia européia e da pequena burguesia em ascensão, servindo como complementação de estudos. Nestas viagens, se aprendiam novas línguas e costumes de outros povos, conhecia-se museus e galerias de arte.

Em meados do século XIX, as viagens tornaram-se um negócio:

“O pioneiro no ramo parece ter sido Thomas Cook que constituiu na Inglaterra uma empresa inicialmente dedicada às excursões ferroviárias de recreação, uma vez que os trens eram o mais moderno e rápido meio de locomoção conhecido. Quase ao mesmo tempo, os antigos livros que ensinavam a ‘arte’ de viajar passavam a ser

substituídos por um instrumento considerado indispensável ao conhecimento de povos e nações, o guia de viagem, o primeiro produzido na Alemanha, por uma família de editores, a Baedeker”. (RODRIGUES *apud* FUNARI (2001: 11)

Análoga a esta citação, na qual se percebe o processo de urbanização das cidades, URRY (2001) apresenta um outro elemento relevante sobre o desenvolvimento do turismo de massa na Inglaterra:

“... o desenvolvimento do turismo de massa constituiu um aspecto da separação entre o trabalho e o lazer, que caracterizou o desenvolvimento social do século XIX, à medida que o trabalho e o lazer acabaram sendo caracterizados por uma racionalização cada vez maior. A emergência do turismo de massa, no final do século, foi mais um aspecto dessa separação. O turismo foi sistematizado e organizado. Ele era a antítese do trabalho, da instrução e do aprendizado”. (URRY, 2001: 294)

O enfoque, sugerido por este autor, sobre o desenvolvimento do turismo de massa na Inglaterra, pode ser entendido como reflexo do contexto histórico no qual a sociedade urbana industrial, em formação, se encontrava. Associado ao processo de industrialização e à relação do homem com o trabalho e com o lazer, pode-se observar também a racionalização da relação do homem com o tempo. Um exemplo para esta abordagem é a instalação do relógio *Big Bang* em Londres, neste período, que simbolizava um novo contexto de ordem racional, rompendo com os padrões de tempo associados à natureza.

A expansão da atividade turística no mundo se deu, principalmente, devido à difusão dos novos meios de transporte e da ampliação dos meios de comunicação, bem como à melhoria das condições de vida, tornando-se assim um pouco mais acessível a diferentes classes sociais.

4.1 A atividade turística e o consumo dos lugares

Retomando a idéia de Sêneca acerca da busca do homem pelo diferente para livrar-se do contexto ao qual está inserido, associado à busca pela ilusão de uma vida melhor, ainda que por um determinado período de tempo. A vontade e o desejo do turista em poder romper com seu cotidiano nas cidades urbano-industriais, trocando-o pela vida pacata do interior, ordenhar a vaca, comer comidas “típicas do interior”, andar à cavalo, dar bons mergulhos em cachoeiras de águas límpidas, participar das manifestações culturais “típicas” de determinada região, dentre outros possíveis desejos, sempre se revela quando se realiza viagens prazerosas.

Essa perspectiva ilusória apresenta-se em toda viagem, sendo assim, o turismo, por excelência, trata diretamente com os desejos e aspirações de seus clientes, os turistas. Como a maioria desses clientes é proveniente das cidades urbano-industriais, caracterizadas pelo difícil acesso a áreas “naturais”. O principal atrativo do turismo está relacionado ao meio ambiente, poder usufruí-lo e desfrutá-lo, por um determinado período de tempo, é o desejo de todas as pessoas que habitam grandes cidades. Neste contexto, a indústria do turismo “facilita” o acesso dessas pessoas ao seu sonho, tornando-o possível de ser comprado.

Nesse sentido a questão relativa ao tempo determinado para usufruir a natureza, reflete uma das características do turismo de massa:

“... Isolado de um ambiente acolhedor e das pessoas locais, o turismo de massa promove viagens em grupos guiados e seus participantes encontram prazer em atrações inventadas com pouca autenticidade, gozam com credulidade de ‘pseudo-acontecimentos’ e não levam em consideração o mundo ‘real’ em torno deles. Em conseqüência, promotores de turismo e as populações nativas são induzidos a produzir exposições cada vez mais extravagantes para o observador de boa-fé que, por sua vez, se afasta cada vez mais da população local. ...” (URRY, 2001: 23)

Como as pessoas têm pouco tempo para desfrutar de seu sonho, geralmente buscam uma agência de turismo que poderá assim, apresentar-lhe a melhor maneira de realizar sua viagem sem “transtornos”. Em grupos isolados, o contato com a população que recebe a demanda turística é mínimo, restringindo-se àquilo que está dentro do roteiro programado (vendido), ou seja, em espaços predeterminados, como por exemplo, as feiras de artesanato, onde o contato é garantido pelo consumo dos artefatos locais “típicos”.

Outro aspecto relevante são as manifestações culturais. Os turistas, em busca do não-habitual, encantam-se com o “exótico”, o que leva a um processo de encenação e invenção da tradição, transformando um aspecto cultural em produto cultural passível de ser consumido. Portanto, quanto mais exótico e estranho aos olhos estrangeiros do turista mais interessante se torna o produto turístico.

Nesse contexto de relação entre o turista e os lugares visitados, a análise de FEIFER (1985) destacada por URRY (2001) sobre o conceito de “pós-turismo” é relevante:

“... Essa autora discute o conceito do 'pós-turismo' ou aquilo que se poderia denominar o 'pós-turista (de massa)' e dá destaque a três características. A primeira é que o pós-turista não precisa deixar sua casa para *ver* muitos dos objetos típicos do olhar do turista, pois, graças à televisão e ao vídeo, todo tipo de lugar pode ser contemplado, comparado, contextualizado e novamente contemplado. É possível a alguém imaginar-se realmente 'lá', ver de fato o pôr-do-sol, a cadeia de montanhas ou o mar cor de turquesa. A experiência típica do turista consiste, de todo modo, em ver *determinadas* cenas através de uma *moldura*, tal como a janela de um hotel, os vidros de um carro ou a janela de um ônibus. (...) Existe muito menos noção do autêntico, de um olhar único, e muito mais de uma infundável disponibilidade de olhares através de uma moldura, mediante o simples gesto de apertar um botão. A diferenciação do olhar do turista fica perdida, pois tais olhares são componentes irredutíveis da cultura popular pós-moderna.” (FEIFER *apud* URRY, 2001: 138-139)

Sobre a questão da diferenciação do olhar do turista, vale ressaltar que trata-se de uma característica do contexto contemporâneo no qual estamos inseridos. Tudo é possível de se consumir “basta estar disposto a pagar”, tudo e nada passam a significar a mesma coisa.

Diante da “profanação” de tudo, a busca pelo autêntico encerra-se e o tédio se estabelece novamente.

A autora destaca também:

“Em segundo lugar, o pós-turista tem consciência da multiplicidade de escolhas e deleita-se com ela. De acordo com Feifer: ‘Agora ele [*sic*] quer contemplar algo sagrado, informativo, que o expanda, algo belo, que o estimule, que o faça sentir-se melhor, algo diferente, pois ele está entediado’ ”. (FEIFER, 1985:269 *apud* URRY, 2001:139).

Considerando as observações de Feifer, o que ocorre é que, na medida em que o turismo se transforma em uma grande indústria de alcance mundial, muitos ou a maioria dos países são potenciais atrativos turísticos. Assim, o turismo não para de expandir sua ação sobre os limites espaciais, histórias e atividades sociais nos mais diversos locais do mundo e nas mais diferentes escalas de aproximação, agindo, na maioria das vezes, de modo a transformar os lugares para tentar atender ao turista, ávido em conhecer o novo, o inédito. Esta busca incessante, no entanto, produz uniformização na procura do diverso.

4.2 Turismo, um conceito em construção

De acordo com BANDUCCI (2001), os primeiros estudos sobre o turismo, sob o ponto de vista das ciências sociais, surgiram na década de 1960. O enfoque dado a este novo objeto de estudos foi, resumidamente, a questão apresentada neste capítulo acerca da busca da atividade turística pelo “autêntico”.

Ainda segundo Banducci, há um consenso nas ciências sociais sobre um aspecto do entendimento acerca do turismo:

“... o turismo é um fenômeno extremamente complexo, mutável, que opera de múltiplas formas e nas mais diversas circunstâncias, sendo difícil apreendê-lo, em sua

totalidade, por meio de uma única perspectiva teórica ou mesmo de uma única ciência. ...” (BANDUCCI, 2001: 23)

A década de 1960 é marcada pela expansão da atividade turística no mundo e suas possibilidades de desenvolvimento econômico. Conforme destaca CRICK (1989, p. 315) *apud* BANDUCCI:

“... Alguns especialistas em economia chegaram a defender a idéia de que ‘certos países do Terceiro Mundo poderiam, com o turismo, avançar de uma situação fundada no setor primário para uma baseada no setor de serviços em expansão, suprimindo a fase industrial do crescimento econômico’ ”.(BANDUCCI, 2001: 23)

Entretanto, essa perspectiva da implantação da atividade turística como alternativa para o desenvolvimento econômico, não surtiu o efeito esperado, demonstrando resultados contrários. Ocorreu, na maioria das vezes, uma condução destes países em desenvolvimento à pobreza e maior dependência econômica em relação aos países ricos.

Desde a década de 1960, diversos estudos têm sido desenvolvidos, Banducci destaca o estudo do antropólogo norte-americano Jafar Jafari (1990) que identificou quatro categorias por meio das quais podem ser orientados o desenvolvimento do pensamento sobre a temática do turismo, após a Segunda Guerra Mundial. Tendo como base as categorias de Jafari, apresenta-se o seguinte quadro sintético:

Categorias de análise segundo Jafar Jafari ⁴	
Plataforma de defesa	Trabalhos que enfatizam o caráter positivo do empreendimento turístico, com uma visão do turismo apenas sob o aspecto relativo à fonte de riqueza, geração de empregos e desenvolvimento. Esta categoria é identificada, sobretudo, em trabalhos de planejadores e economistas.

⁴ Este quadro foi desenvolvido a partir do texto de BANDUCCI JR., Álvaro. Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar. Capítulo 1. In. BANDUCCI JR., Margarita Barreto (orgs.). Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica. Campinas, SP: Papirus, 2001.

Plataforma de advertência	Trabalhos orientados por uma postura crítica com foco nos problemas sociais gerados a partir da implantação do turismo (prostituição, dependência econômica, aculturação, degradação do meio ambiente). Destacam-se nesta plataforma trabalhos desenvolvidos por antropólogos nas décadas de 1970 e 1980, analisando a interferência de empreendimentos turísticos na dinâmica cultural e no meio natural das áreas onde operam.
Plataforma de Adaptação	Os trabalhos nessa linha apontam para formas alternativas de turismo que podem ter impacto menor que o turismo de massa.
Plataforma de conhecimento	Trabalhos com objetivo específico de construir conhecimento sobre a temática do turismo. Essa plataforma destaca-se pela superação do maniqueísmo vigente nos primeiros anos de debate sobre turismo, propondo uma abordagem holística para analisar o fenômeno do turismo nas sociedades ocidentais modernas e das comunidades pré-industriais em que ocorre.

As categorias acima apontadas apresentam o processo de construção do conhecimento sobre o turismo no mundo. É possível verificar atualmente projetos de empreendimentos turísticos que, de acordo com seu objetivo possuem uma carga maior de aspectos que tentam escamotear os impactos negativos, gerados nas comunidades receptoras, em prol do desenvolvimento. Entende-se que a plataforma do conhecimento apresenta uma abordagem mais ampla, que vai ao encontro da própria visão apresentada pelas ciências sociais acerca do turismo.

Verifica-se no Brasil a crescente preocupação de instâncias governamentais na implementação do turismo em regiões com potencial para esta atividade. É necessário destacar também que os organismos internacionais de financiamento exigem estudos de impacto ambiental (considerando o ambiente composto pela natureza e a sociedade inserida neste meio), para a liberação de recursos para implantação de empreendimentos turísticos.

O estudo de impacto ambiental é fundamental para se alcançar um planejamento sustentável para o turismo, mas não é o único instrumento de ação para alcançar este objetivo, existem diversas outras formas, para um melhor aproveitamento dos recursos

internacionais escassos. Felizmente, há exemplos no Brasil de sociedades em que a prática do turismo tem sido desenvolvida de maneira aparentemente satisfatória.

É o caso da Ilha do Cardoso, situada no sul de São Paulo, onde, segundo um morador (pescador “nativo” - da comunidade de Marujá), o plano de manejo e o desenvolvimento do turismo é realizado pelas comunidades que residem na ilha, juntamente com a administração do parque e uma organização não governamental alemã. O morador destaca também que há uma restrição, definida pela direção do parque, quanto ao crescimento populacional do lugar: para que uma pessoa que não tenha nascido na ilha possa vir a morar na área, ela deve ser casada com algum “nativo” da Ilha do Cardoso.

Por outro lado, uma outra moradora do parque (nascida em Cananéia – cidade mais próxima da ilha, no continente, proprietária de uma lanchonete em uma área, onde hoje a construção é proibida), relata que essa relação da comunidade de Marujá com a administração do parque e com a organização não governamental alemã, se dá de maneira conflituosa, devido ao fato de haver muitas restrições de atuação no parque e ainda ressalta, nas palavras da moradora: por que será que uma ONG alemã tem tanto interesse em uma área de proteção brasileira?

O objetivo do exposto acima não é analisar os pontos de vista divergentes que ocorrem em áreas de proteção ambiental, mas apenas apresentar que existem e devem ser considerados para qualquer análise.

5. Planejamento: paradigma da sustentabilidade

As questões apresentadas ao longo dos capítulos anteriores demonstram a dificuldade em se estabelecer uma resposta objetiva, quando se trata de relações sociais. Uma proposta possível para que o turismo venha a contribuir para o desenvolvimento econômico, cultural e social de comunidades tradicionais, está relacionada diretamente ao planejamento.

Segundo a concepção de planejamento de GOODEY (2002),

“O conceito de *plano* varia consideravelmente entre as diversas culturas, e é visto freqüentemente como um documento imposto que oferece pouquíssimo espaço para questionamentos e revisões. Neste caso, os visitantes, as expectativas e os receios da comunidade com relação ao desenvolvimento turístico são secundários. Por outro lado, se a comunidade não conhece a si mesma, há poucas chances de que ela venha a se beneficiar com a presença de visitantes e turistas”. (GOODEY, 2002:52)

Aliado ao conceito de planejamento, existe a questão emergente da sustentabilidade, desafio das mais diversas áreas de conhecimento. Neste trabalho, a sustentabilidade está relacionada à atividade turística.

Sendo assim, o planejamento sustentável dessa atividade somente será alcançado se os elementos que compõem o meio ambiente forem considerados. Sendo eles, o conhecimento e respeito ao meio natural, através da participação ativa das populações tradicionais, bem como a abertura da possibilidade de um maior desenvolvimento da subjetividade dos indivíduos, a partir de suas viagens.

Entretanto, não se trata de pensar o planejamento turístico de forma isolada, mas pensá-la dentro de um contexto mais amplo. O grande desafio que a sustentabilidade apresenta à sociedade contemporânea é estabelecer o espaço para o diálogo entre diferentes atores sociais.

Contudo, o desafio de reconhecer no espaço social a diferença como fator fundamental para a prática da ação social, em busca de igualdade de direitos, é uma construção que está por ser realizada.

“... Só que essa reconstrução passa menos por reformas de cúpulas, leis, decretos, programas burocráticos do que pela promoção de práticas inovadoras, pela disseminação de experiências alternativas, centradas no respeito à singularidade e no trabalho permanente de produção da subjetividade, que vai adquirindo autonomia e ao mesmo tempo se articulando ao resto da sociedade. Dar lugar para as brutais desterritorializações da psique e dos socius, em que consistem os fantasmas de violência, pode conduzir não a uma sublimação miraculosa, mas a reconversões de Agenciamentos que transbordam por todos os lados, o corpo, o Ego, o indivíduo”. (GUATTARI , 1990: 44)

A visão humanista de Félix Guattari demonstra a urgência em se romper com o sistema de valores vigentes, ligados ao capitalismo, para dar lugar à uma valorização qualitativa das relações sociais. Não se trata de propor projetos utópicos e sim de lutar por uma revisão de nossas práticas sociais.

6. Considerações Finais

O trabalho desenvolvido teve como objetivo iniciar uma discussão teórica acerca da relação entre populações tradicionais e turismo. Muitas questões foram tratadas ao longo de cada capítulo desta monografia: a instituição moderna do Estado; a herança do pensamento positivista no entendimento sobre a implantação de áreas de proteção ambiental; a importância em se estabelecer um diálogo aberto e reflexivo sobre as sociedades contemporâneas, no contexto de transição entre modernidade e pós-modernidade, entre outras diversas questões apresentadas. Todas estas abordagens buscaram estabelecer como vetor para análise, a perspectiva antropológica de cultura.

Partir do conceito de cultura para analisar a relação entre populações tradicionais e turismo, revelou um amplo leque de possibilidades de estudos. Cada questão apresentada, muitas delas sem uma resposta objetiva, demonstra por um lado, uma limitação deste trabalho, mas, por outro lado, revela a dificuldade em iniciar uma discussão conceitual. Decerto, percebe-se de antemão o caráter ambíguo desta análise, devido ao fato de diversas variáveis agirem sobre os contextos sociais, entretanto é importante destacar, uma afirmação de Marilena Chauí,

“Ambigüidade não é falha, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco. Ambigüidade é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, percepção e cultura sendo, elas também, ambíguas, constituídas não de elementos ou de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas que, como dizia ainda Merleau-Ponty, somente serão alcançadas por uma racionalidade alargada, para além do intelectualismo e do empirismo.” (CHAUI, 1986:123)

A proposta deste trabalho foi alcançada na medida em que se estabeleceu uma primeira aproximação sobre a relação das populações tradicionais e turismo, pretende-se, a partir desta análise, desenvolver as questões apresentadas, utilizando-as para o desenvolvimento do referencial teórico de minha dissertação de mestrado que buscará investigar o processo de transformação do espaço (social e físico) da comunidade remanescente de quilombo – Kalunga, situada na área de proteção ambiental da Chapada dos Veadeiros, no estado de Goiás.

7. Referências bibliográficas

ALVES, Ana Claudia e OLIVEIRA, Ana Gita. Populações tradicionais e o uso sustentável do meio ambiente. Brasília: 2001 (*mimeo*)

ARAÚJO, Silvana Miceli de. Artífício e autenticidade: o turismo como experiência antropológica. *In*: BANDUCCI JR., Margarita Barreto (orgs.). Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

BANDUCCI JR. Álvaro. Turismo e antropologia no Brasil: estudo preliminar. *In*: BANDUCCI JR., Margarita Barreto (orgs.). Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

BANDUCCI JR., Margarita Barreto (orgs.). Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

BRYANT, R. & BAILEY, S. The State. *In*: Third World Political Ecology. London, 1997.

CALVENTE, Maria Del Carmen M. H. O impacto do turismo sobre a comunidade de Ilha Bela (SP). *In*: LEMOS, Amália Inês de (org.). Turismo: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 2001.

CHAIU, Marilena. Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. Visões de mundo, visões da natureza e a formação de paradigmas geográficos. *In*: Terra Livre, p. 99-117, 2001.

D'ANTONA, Álvaro de Oliveira. Turismo em parques nacionais. *In*: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2002. 2ª ed.

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

FARIAS, Eny Kleyde Vasconcelos. A construção de atrativos turísticos com a comunidade. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

FREIRE, Doía e PEREIRA, Lígia Leite. História oral, memória e turismo cultural. *In*: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2002. 2ª ed.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOODEY, Brian. Interpretação e comunidade local. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Território Brasilis, 2002.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo. Turismo e o “resgate” da cultura pataxó. In: BANDUCCI JR., Margarita Barreto (orgs.). Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica. Campinas, SP: Papirus, 2001.

GUATTARI, Félix. As três ecologias. 13. ed. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP: Papirus, 1990.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Hucitec, 1992.

HOBBSAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

LEMOS, Amália Inês de (org.). Turismo: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 2001.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa opinião? In: LEMOS, Amália Inês de (org.). Turismo: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 2001.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os “usos culturais” da cultura. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOURA, Antônio de Paiva. Turismo e festas folclóricas no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2002. 2ª ed.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

RODRIGUES, Marly. Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo. In: FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (orgs.). Turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Contexto, 2002. 2ª ed.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. STROCH, Paula Yone (ORG.)

URRY, John. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3.ed. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel: SEC, 2001.

VELOSO S., Mariza Motta. O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil: 1920-1970. Brasília, 1992. Tese (D) – UnB/DAN.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.